

PETRÓLEO

POR DENTRO DO

• PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS • ANO 1 Nº 6 DEZ. 1993

Flexibilização, a nova ameaça

Comer o mingau pela beirada. Essa é, no momento, a estratégia adotada pelos inimigos do monopólio estatal do petróleo. Como não têm apoio significativo no Congresso Nacional para propor pura e simplesmente a extinção do monopólio, eles lançaram a tese da flexibilização. O que significa isso? Bem, trata-se de abrir brechas no texto constitucional para que a Petrobrás possa montar parcerias com empresas privadas em alguns segmentos da atividade petrolífera. Assim, as multinacionais dariam sua *contribuição* inicialmente nas áreas de refino e transporte. Depois, *quem sabe?*, estariam na prospecção e finalmente explorariam campos já descobertos pela companhia brasileira.

Para justificar a flexibilização, que nada mais é do que a liquidação gradual do monopólio estatal do petróleo, os representantes dos oligopólios petrolíferos internacionais alegam que a Petrobrás enfrenta uma dramática escassez de recursos para realizar os investimentos em exploração, produção e refino de que o país necessita para atender à demanda até 2010. A solução seria, então, flexibilizar o monopólio, para ter acesso aos recursos que generosamente as companhias multinacionais se dispõem a aplicar no país.

Ora, as experiências do Brasil e da Argentina mostram, claramente, que as multinacionais investem ninharias quando chamadas a *colaborar* nas atividades de prospecção, exploração e produção de petróleo, e em troca de suas migalhas querem controlar reservas estratégicas de peso e operar com altíssimas margens de lucros. Logo, se o Brasil for depender dos dólares dos oligopólios internacionais para atender sua demanda de petróleo nos próximos anos ficará em maus lençóis.

A única solução realmente séria para multiplicar os investimentos na área petrolífera é alterar a composição da estrutura de preços dos combustíveis, aumentando a participação da Petrobrás, sem que isso represente qualquer ônus para o consumidor. Bastaria elevar a fatia da empresa de 45% para 65%, reduzir a dos distribuidores de 14% para 3% e o peso dos impostos de 33% para 24%. Ou seja: se a estrutura de preços no Brasil se aproximasse da que está em vigor nos Estados Unidos, a Petrobrás contaria com US\$ 7 bilhões por ano para investir – o que daria tranquilamente para atender às necessidades nacionais sem qualquer elevação de preço real para o consumidor.

A tese da flexibilização não passa, portanto, de um engodo, a exemplo da isca da reciprocidade lançada em 1988, para seduzir a Constituinte. Então, os inimigos do monopólio diziam

que "se a Petrobrás perfura lá fora (através da Braspetro), por que não deixar a Shell perfurar aqui dentro?" A resposta é simples: porque o Brasil, ao contrário de outros países, tem uma das maiores e mais eficientes companhias petrolíferas do mundo, que domina como poucas a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, e que se mostrou capaz de garantir o abastecimento de combustíveis mesmo quando o mercado internacional entrou em ebulição. Para que os investimentos se elevem é necessário redistribuir adequadamente o preço final do consumidor. Sem preço adequado, nenhuma multinacional investiria no Brasil, como já declarou o ex-presidente Robert Broughton. Por que então mexer num time que está ganhando? O que era verdade em 88 continua sendo agora, o que recomenda dar à tese de flexibilização o mesmo destino da reciprocidade. Qual? A lata de lixo da história.

Se arrependimento matasse...

Enquanto no Brasil se fala em flexibilização do monopólio, na Rússia a tendência é de restabelecer o controle estatal das exportações de petróleo. De acordo com o *Oil & Gas Journal*, de 7 de junho último, as tentativas de dinamizar a produção de petróleo na Rússia a partir da injeção de capital estrangeiro não deram os resultados esperados. De 36 *joint ventures*, apenas cinco apresentaram um desempenho satisfatório. 31 têm tido problemas sérios de ineficiência e exploração predatória de jazidas.

Contaminadas pelos caos e a corrupção, as atividades de produção e exportação de petróleo vêm declinando rapidamente. As receitas de exportação não deverão ultrapassar US\$ 3 bilhões este ano, quando já chegaram a alcançar US\$ 10 bilhões.

Por isso, o Ministério das Relações Econômicas com o Exterior está defendendo a concentração das exportações de petróleo em quatro ou cinco grandes empresas *holdings* estruturadas a partir da Gazprom, companhia que monopoliza a produção, transporte e exportação de gás na Rússia. A fragmentação das exportações de petróleo permitiu que pequenos grupos comprassem petróleo cru e produtos refinados para revender. Como não têm poder de barganha no exterior e conhecem poucos os canais internacionais de comercialização, esses grupos acabaram contribuindo para aviltar os preços do petróleo russo, num momento em que o país precisa desesperadamente de divisas para bancar importações e fazer frente ao serviço da dívida externa.

US\$ 90 o barril

■ O custo do barril de petróleo para os norte-americanos é de US\$ 90, se aos gastos com o óleo propriamente dito forem adicionados os despêndios com as tropas que garantem o acesso às reservas do Golfo Pérsico.

A informação é da publicação *The Defense Monitor*, Vol. XXI, Número 2, 1992.

Escolha seu time

■ Diga-me com quem anda e te direi quem és. Essa velha máxima cai como uma luva quando se procura fazer a lista dos defensores e adversários do monopólio estatal do petróleo. A relação dos adversários certamente levará muita gente a pensar: antes só do que mal acompanhado. Ei-la: Roberto Marinho, Paulo Maluf, Roberto Campos, Ângelo Calmon de Sá (banqueiro), Mário Amato, Pratini de Moraes (empresários), Omar Carneiro da Cunha (presidente da Shell), Antônio Rogério Magri, Jorge Bornhausen (banqueiro), Eduardo Modiano, Francisco Dornelles, Delfim Neto, Luiz Antônio Medeiros e Fernando Collor de Mello.

Já o time dos defensores do monopólio estatal do petróleo compreende, entre outros, Barbosa Lima Sobrinho, Betinho, o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla (atual comandante da ESG), Dom Luciano Mendes de Almeida, Lula, Leonel Brizola, Jair Meneghelli, Evandro Lins e Silva, Jarbas Passarinho, Eduardo Suplicy, Miguel Arraes, Amir Lando, Aureliano Chaves, Saturnino Braga, Chico Buarque, Oscar Niemeyer, Lindenberg Farias, Fernando Gusmão (presidente da UNE), Cândido Mendes, Josaphat Marinho, Caninde Pegado (presidente da CGT), Hélio Beltrão, Luiz Pinquelli Rosa e os falecidos Ulisses Guimarães, Severo Gomes e Teotônio Vilela.

Diante dessas escalasções, em que time você jogaria? Em que time você confiaria?

Risco cambial

■ A professora Maria da Conceição Tavares chega a ficar indignada quando ouve falar na possibilidade de privatização da Petrobrás. Recentemente num debate sobre política industrial, ela fulminou essa proposta lembrando que se

Você sabia?

■ Alguns críticos da Petrobrás, entre eles o deputado Roberto Campos, não costumam ser cautelosos quando sacam da cartola dados para tentar comprovar a ineficiência da empresa. Eméritos prestigiatadores, esses Mandrakes tropicais andaram afirmando que o "índice de produção" de petróleo da estatal seria apenas de 1,5 barril/dia por empregado — embora esse índice não seja reconhecido internacionalmente para a aferição de resultados, uma vez que a produção depende das características de cada poço. Assim, um campo gigante no Oriente Médio tem elevada produção com um certo mínimo de empregados, se comparado com um campo norte-americano. Isto não reflete um alto índice de produtividade por empregado, nas condições geológicas diversas.

Vale a pena observar que a Petrobrás tem cerca de 50 mil empregados (incluindo as atividades de refino, transporte, comércio e outras áreas que nada têm a ver com a produção de petróleo) e produz 710 mil barris/dia. Logo sua

média por empregado seria de 14,2 barris/dia. Entretanto, na atividade de exploração, perfuração e produção a Petrobrás tem cerca de 21.000 empregados, o que daria uma média de 33,8 barris/dia por empregado que efetivamente trabalha na atividade. Terão os críticos errado os cálculos por má fé ou por não saberem fazer uma operação aritmética simples?

O verdadeiro resultado encontrado para a Petrobrás é melhor do que o das grandes empresas norte-americanas como a Amoco (13,7), Mobil (12), Occidental (7,9), Marathon (7,8) e Sun (3,4). A estatal brasileira supera, também, a British Petroleum (12,1), a Petrofina da Bélgica (6,7), a Veba da Alemanha (4,1), a Eni da Itália (3,7), a Total francesa (9,6) e a Elf também francesa (6,4). Além disso, o "índice" da Petrobrás está bem próximo da média (14,5) dos resultados alcançados pelas 21 grandes empresas privadas de petróleo, considerando o total de empregados e não apenas aqueles que trabalham na atividade.

o Estado brasileiro perder o controle da Petrobrás ficará nas mãos dos que especulam com o câmbio, o que poderia levar o país à hiperinflação. Conceição observou que o controle exercido pela Petrobrás sobre as importações e exportações de petróleo e derivados e as operações de arbitragem cambial realizadas pela empresa são fundamentais para evitar que as cotações do dólar sofram manipulações selvagens por parte dos banqueiros e outros representantes do grande capital.

A economista da UFRJ lembrou que mesmo tendo se integrado com os Estados Unidos o governo mexicano resistiu a privatizar a Pemex e a abrir mão dos dólares que a atividade petrolífera garante ao Estado. E no Chile, campeão da privatização na América Latina, as usinas de cobre continuam sob domínio estatal. Razão: graças a elas, o Estado chileno tem controle sobre pelo menos 40% das receitas de exportação.

Canoa furada

■ Os contratos de risco foram um fiasco no Brasil. Nenhuma gota de óleo

acabou sendo descoberta pelas multinacionais que perfuraram nossas bacias sedimentares. E o que dizer da experiência argentina? Os resultados também são desapontadores, de acordo com o trabalho *A Política de Desregulamentação Petrolífera na Argentina*, elaborado pela UFRJ e a Fundação Bariloche. "Um fato de destaque é que a YFP efetuou a maior parte da atividade exploratória, a de maior risco, apesar das numerosas tentativas de atrair o capital privado. Entre 1958 e 1990 se formaram 118 sociedades de capital privado que perfuraram em 32 anos 165 poços permitindo incorporar apenas uns 40 milhões de metros cúbicos de reservas, sendo que 90% destas corresponderam às descobertas da Total na Terra do Fogo. No mesmo período a YPF perfurou 3.280 poços exploratórios e incorporou reserva de aproximadamente 580 milhões de metros cúbicos de petróleo. Excluindo-se as descobertas da Total, o setor privado foi responsável por apenas 0,7% das reservas e 5% do total de poços. Entretanto, participou com 30% a 35% da produção".